

Próximo um

GAZETA MERCANTIL

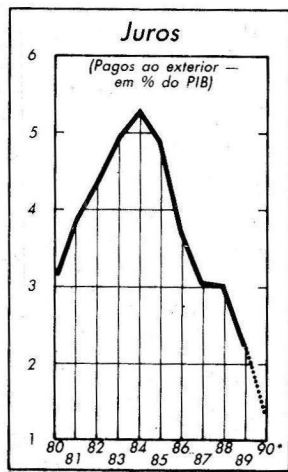
acordo com os bancos

14 MAR 1991

por Claudia Safatle
de Brasília

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, estava otimista, ontem, com a possibilidade de o País fechar um acordo com os bancos credores ainda nesta semana ou meados da semana que vem. Ela disse a um de seus colaboradores próximos, pela manhã, que o embaixador Jório Dauster, negociador oficial da dívida externa, só retornaria ao País com o acordo nas mãos.

O otimismo moderado da ministra está no rápido progresso que as negociações vêm registrando desde que o governo brasileiro aceitou desvincular a negociação dos atrasados de uma solução duradoura para o principal da dívida. A fórmula encontrada para resolver esta questão, que era colocada como sendo de "princípio" para o governo brasileiro, foi condicionar a emissão dos bônus que corresponderão à parcela refinanciada dos juros



atrasados a um cronograma de avanços concretos na negociação do estoque de US\$ 52 bilhões da dívida externa com os bancos privados.

Com essa proximidade de uma solução para apenas uma parcela do problema — os juros atrasados —

poder-se-ia contornar um outro aspecto: adiar um julgamento da Interagency Country Exposure Committee (ICERC) sobre o risco Brasil.

A reunião do ICERC, agência interministerial dos EUA que avalia os riscos dos bancos comerciais, começou na última segunda-feira e os riscos de um julgamento sobre a desclassificação dos créditos brasileiros são importantes não só para os bancos norte-americanos, já fragilizados por uma crise financeira, mas também para o País. Segundo uma fonte que acompanha de perto as negociações brasileiras, e mantém contatos contínuos com os representantes dos bancos do comitê, a agenda da reunião do ICERC, a primeira deste ano, envolveria mais do que o simples rebaixamento dos créditos brasileiros contratados junto aos bancos norte-americanos, obrigando os credores a fazerem um provisionamento de, no mínimo, 10%.

Esse organismo estaria avaliando, também, a possibilidade de incluir as linhas de curto prazo nesse provisionamento compulsório, o que seria inédito para o Brasil. Essa recomendação já teria sido feita, recentemente, pelo Federal Reserve (o banco central dos EUA) e, sem que haja sinais concretos de um acordo do governo com os bancos credores, o ICERC poderia optar por essa inclusão, fazendo miniguar ainda mais as linhas de comércio, que hoje se aproximam de US\$ 4 bilhões.

(Continua na página 29)

O embaixador encarregado das negociações da dívida externa brasileira, Jório Dauster, disse ontem em Nova York que o "desenho geral para o acordo já está pronto, e inclui vários avanços significativos". Para Dauster, o ponto relevante é que a maior parte do pagamento dos juros será feita em bônus, 71,25% do total, na proposta dos bancos credores, ou 80% do total, segundo a proposta brasileira. O mecanismo para o pagamento em dinheiro se dará em seis prestações, segundo os bancos, ou nove, conforme o Brasil.

Próximo um acordo com os bancos

por Claudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

Outro aspecto que agravaria a situação dos bancos brasileiros no exterior também estaria sob exame: aliar a degradação do crédito brasileiro à prática de um "clean-up": ou seja, os bancos credores exigirem o pagamento das linhas de comércio, cujos vencimentos, em sua maioria, estariam previstos para março. A regra comum é que esses prazos sejam rolados, naturalmente, mas no caso de uma recomendação dessa ordem feita pela ICERC, os credores teriam a exata dimensão da capacidade de o Banco Central manter a liquidez dos bancos brasileiros no exterior, o que poderia, em última análise, afetar a própria existência de créditos voluntários de comércio exterior para o País.

Diante de todos esses riscos — que prejudicariam não só os bancos credores norte-americanos, mas também os negócios do País no exterior —, estaria havendo uma flexibilidade na posição brasileira, que começou a produzir progressos mais acelerados na

negociação a partir da desvinculação, aceita pelo governo brasileiro, de uma questão que era tida como um ponto de "princípio" da negociação: não discutir os pagamentos dos juros atrasados sem ter uma exata dimensão de como seria o acordo sobre o estoque da dívida externa, de US\$ 52 bilhões.

Num esquema aprovado pelo presidente da República antes de ser levado pelo embaixador Dauster à mesa de negociação com o comitê dos bancos credores, acertou-se a desvinculação desses pontos e a negociação dos juros atrasados antes do principal.

Falta bater o martelo em pontos ainda importantes, como o exato valor do pagamento "cash" dos atrasados, mas tudo indica que será um meio termo entre a proposta brasileira, de 20%, e a dos credores, de 28,75% dos US\$ 8 bilhões. Informação de fontes do Ministério da Economia, ontem, eram de que os bônus correspondentes aos atrasados não pagos teriam prazo de resgate de 9 anos, em comparação com a proposta inicial do governo brasileiro, de um prazo de 15 anos.